

PERFIL EDUCACIONAL DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Josiany Araújo Morais¹
Maria Luzia Silva Santana²
Marcelo Máximo Purificação³

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo descrever o perfil educacional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), para isso foram incluídas 10 famílias residentes de um município do Mato Grosso do Sul. Foi realizada uma pesquisa exploratória com as famílias beneficiárias do PBF. As pesquisas nessa temática são poucas, existindo carência de estudos. Os resultados sugerem que, com o PBF as famílias tiveram oportunidade de escolarização. Nesse estudo, em relação às suas expectativas quanto aos estudos dos filhos e os impactos que o PBF gerou na vida da família, as mães ressaltaram a importância desse programa para que seus filhos estudassem e para que eles continuem estudando. Por outro lado, a análise dos produtos consumidos pelas famílias com a renda do PBF, 3 famílias gastam com roupas e apenas, 1 das famílias entrevistadas relataram que aplicam o dinheiro na educação. Contudo, é importante essa política pública de transferência de renda devido as condições de vulnerabilidade das famílias e para o acesso à escola.

Palavras-chave: Custos. Famílias. Perfil de Escolarização. PBF.

Educational Profile of Families Beneficiaries of the Family Bag Program

Abstract

This research aims to describe the educational profile of beneficiary families of the Family Bag Program (PBF), for which 10 families living in a municipality of Mato Grosso do Sul were included. An exploratory research was carried out with the beneficiary families of the PBF. Research on this subject is few and there is a lack of studies. The results suggest that, with the PBF, the families had an opportunity for schooling. In this study, in relation to their expectations regarding the studies of the children and the impacts that the PBF generated in the life of the family, the mothers emphasized the importance of this program for their children to study and for them to continue studying. On the other hand, the analysis of the products consumed by families with the income of the PBF, 3 families spend with clothes and only, 1 of the families interviewed reported that they apply money in education. However, this public policy of income transfer is important due to the vulnerability of families living in precarious conditions.

Keywords: Costs. Families. Schooling Profile. PBF.

¹ Graduada em Física pela UEMS- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Especialização em Educação do Campo e em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, UFMS..

² Doutoranda e Mestra em Psicologia. Professora Assistente, DE, na UFMS. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicologia, Neurociências e Educação (GEP - PNEdu) - CNPq/UFMS. Integrante do grupo de Estudo e Pesquisa em Acessibilidade – (GEPA) –CNPq/UFMS e do grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Multidisciplinar – (NEPEM) -CNPq/UNIFIMES.

³ Pós-Doutor em Educação pela Faculdade de Psicologia e Educação da Universidade de Coimbra. Doutor em Ciências da Religião. Professor Titular na UNIFIMES. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicologia, Neurociências e Educação (GEP - PNEdu) - CNPq/UFMS, Coordenador do grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Multidisciplinar – (NEPEM) -CNPq/UNIFIMES.

INTRODUÇÃO

As instituições família e escola ganharam nas últimas décadas preeminência discursiva quando se tratam de questões referentes ao sujeito e aos processos educativos, pois, constituem dois contextos fundamentais que compartilham funções sociais para o desenvolvimento do indivíduo. Assim, é relevante verificar outros elementos que influenciam e possibilitam mudanças nas relações dessas instituições, a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF) que poderá contribuir no processo de escolarização das famílias beneficiárias.

É notável que a escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, contribuem e influenciam a formação do cidadão (REGO, 2003). Assim, a escola e família

[...] são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente. Portanto, a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo (DESSEN; POLONIA, 2007, p.22).

O acima descrito pontua a necessidade de interações entre o contexto familiar e o escolar, no intuito de obter melhores resultados e incrementar o ensino-aprendizagem dos filhos/estudantes. Na linha dessas ideias, abordando a inter-relação entre a família e a escola, Oliveira e Marinho-Araújo (2010, p.104) apontam que;

À família são impostos limites para entrar em questões próprias da escola, como no campo pedagógico. Mas o mesmo parece não acontecer com a escola em relação à sua entrada na família, pois aquela acredita estar autorizada a penetrar nos problemas domésticos e a lidar com eles, além de se considerar apta a estabelecer os parâmetros para a participação e o envolvimento da família.

A qualidade do relacionamento que a família e a escola construir será relevante para o processo ensino e aprendizagem (PAROLIN, 2007). A educação escolar ainda é vista como uma possibilidade de acessão social de indivíduos/sujeitos, um dos campos que possibilita mudanças necessárias para transpor as reais condições, seja nas questões econômicos/monetários ou, no aprimoramento de conhecimentos, que poderão empoderá-los na busca de uma vida melhor.

A escola é uma instituição social que possibilita o desenvolvimento de condutas e atitudes necessárias a sobrevivência social do sujeito. Complementando esse contexto de formação, está também a família que é considerada um sistema social responsável pela difusão de valores, crenças, ideias e significados presentes nas sociedades (KREPPNER, 2000).

No diálogo da inter-relações família e escola Dessen e Polonia (2007) pontuam que a família presente em todas as sociedades, é um dos primeiros contextos para socialização da pessoa, agindo como mediadora basilar dos padrões, modelos e influências culturais. “É também considerada a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem-estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem-estar da criança” (DESSEN; POLONIA, 2007, p.22).

No entanto, a família também precisa de suporte, seja ele de ordem instrucional/informacional ou financeiro. Entre as instituições que devem fazer investimentos no bem-estar da família está o Estado, que tem entre suas funções o desenvolvimento de políticas públicas com esse fim. No Brasil entre elas, tem-se o Programa Bolsa Família (PBF), instituído pela Lei nº 10.836, em janeiro de 2004, que faz a transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de nessa situação extrema em todo o País, de modo que consigam superar essa situação de vulnerabilidade social.

O programa busca garantir as famílias em condição de pobreza ou de extrema pobreza o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Atualmente se constitui como a maior iniciativa de transferência de renda mínima vinculado a educação, o que o torna pauta de discussões no cenário contemporâneo, pela sua ação social que trabalha com a possibilidade de inclusão de milhares de brasileiros, com vistas no rompimento do circuito de pobreza e de miséria, construído ao longo da história do Brasil.

A estatística governacional pontua que mais de 12.000.000 famílias consideradas pobres ou extremamente pobres recebem o benefício. Os objetivos do programa é combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social (BRASIL, 2004).

Conforme Brandão, Pereira e Dalt (2013), os objetivos do PBF são três. O primeiro é combater imediatamente a fome através da transferência de dinheiro para os beneficiários. O segundo objetivo tem por finalidade concretizar o acesso aos direitos sociais básicos de saúde e educação. Neste contexto, o sistema de “condições” tem sido desenhado com o propósito de dar fim ao ciclo intergeracional de reprodução da pobreza. E, finalmente, os programas de

políticas complementares e integradas (não compulsórias) objetivam integrar os adultos no mercado de trabalho, de forma a que as famílias possam superar sua situação de vulnerabilidade financeira.

É importante ressaltar que o PBF possui três eixos principais: complemento da renda; acesso a direitos; e articulação com outras ações. Esses eixos servem para garantir a diminuição imediata da pobreza; oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social; e por fim estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza por meio de alguns compromissos, chamados condicionalidades (BRASIL, 2004).

Para isso, o PBF está atrelado à educação como um fator possível de erradicação da pobreza estrutural e cria como contrapartida por parte da família a exigência da permanência da criança na escola. Essa deve matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola, além dessa responsabilidade tem o compromisso de controlar a frequência escolar, isto é, empenhar para que a presença em sala de aula seja pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês (BRASIL, 2004).

Cabe pontuar que a interação família, escola e Estado, torna-se um tripé de fundamental no processo de desenvolvimento humano. O envolvimento da família como instituição primária e responsável no processo de ensino e aprendizagem, zelando para inserção e acompanhando dos familiares na escola que, inclusive, inclui o acompanhamento das tarefas de casa; a ação do Estado voltada para garantia dos direitos básicos inerentes a vida; e a escola com a manutenção da estrutura do espaço físico, na formação contínua dos professores, atividades socioeducativas e no uso de metodologias que atendam aos perfis do estudante, e que conseqüentemente irão contribuir com a permanência, frequência e qualidade no serviço de educação ofertado.

Observa-se que a matrícula e a frequência do estudante na escola não são garantias de sucesso e de aprendizagem. Outros fatores perpassam por esse processo, contudo é um elemento necessário para a inserção do estudante no contexto escolar. Neste sentido, é relevante problematizar o perfil educacional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família sendo que a presente pesquisa, com famílias de jovens do município de Itaporã Mato Grosso do Sul, discute essa problemática. Assim, o presente artigo tem o objetivo de descrever o perfil educacional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), localizadas no município de Itaporã, no Mato Grosso do Sul.

METODOLOGIA

Esta pesquisa faz parte da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social, promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social, aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, parecer de número 1.515.322. Trata-se de uma pesquisa exploratória que envolveu famílias beneficiárias do PBF de escolas de um município localizado no Mato Grosso do Sul. Inicialmente, foi feita uma revisão bibliográfica sobre o assunto o que possibilitou observar a carência de estudos sobre essa temática.

Essa pesquisa incluiu uma entrevista semiestruturada com 10 membros de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que contemplou questões sobre nível de escolarização, o ensino e aprendizagem dos familiares. A entrevista foi realizada na residência dos familiares sendo que as informações construídas possibilitaram a construção de duas categorias para análises: 1) perfil educacional de famílias beneficiárias do PBF; e 2) mudanças decorrentes do benefício PBF.

Perfil educacional de famílias beneficiárias do PBF

A família é vista como um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes nas sociedades. Ela tem, portanto, um impacto significativo no comportamento dos seus membros, especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais (KREPPNER, 2000). A ação da família e da escola possibilitam processos de desenvolvimento, ou seja,

A família e a escola são os principais ambientes de desenvolvimento nas sociedades ocidentais contemporâneas. Assim, o fundamental é que sejam geradas estratégias políticas que aproximem esses dois contextos, reconhecendo as semelhanças e diferenças, principalmente no que se referem ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, não só em relação ao aluno, mas também de toda pessoa envolvidas (DESSEN; POLÔNIA, 2007, p. 29).

O PBF corresponde a uma estratégia política que aproximam os contextos família e escola, reconhecendo e tendo como justificativa para a vinculação do acesso ao benefício à matrícula, frequência das crianças na escola oferecendo e renda familiar para custear sua sobrevivência. Outro aspecto importante é o de como definir a população-alvo, ou seja, o grupo de beneficiários.

Xavier et al. (2016) apontaram os aspectos conceituais e legais do benefício PBF e consideraram como o maior programa de transferência direta de renda que beneficia famílias

vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil. Para Xavier et al. (2016, p.116) o PBF foi instituído pela Lei Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, teve início a partir da unificação de outros programas, são eles:

O Programa Nacional de Renda Mínima – Bolsa Escola (PBE), criado pela Lei Nº10.219, de 11 de abril de 2001 que constituiu o instrumento de participação financeira da União em programas municipais de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas;

O Programa Nacional de Acesso a Alimentação (PNAA), criado pela Lei Nº 10.689, de 13 de junho de 2003 que tinha como principais objetivos ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional;

O Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Saúde – Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória Nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001 que destinava-se à promoção das condições de saúde e nutrição de gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade, mediante a complementação da renda familiar para melhoria da alimentação;

O Programa Auxílio – Gás, este instituído pelo Decreto Nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002 que tinha como principal objetivo subsidiar o preço do gás liquefeito do petróleo as famílias de baixa renda;

E por fim, o Cadastramento Único do Governo Federal, criado pelo Decreto Nº3.877 de, 24 de julho de 2001 que instituiu o formulário anexo, como um instrumento de Cadastramento Único para ser utilizado por todos os órgãos públicos federais para a concessão de programas focalizados do governo federal de caráter permanente (XAVIER et al. 2016, p.116).

É importante conhecer esses aspectos conceituais e legais do PBF para fazer análise dos termos legais com as práticas das 10 famílias entrevistadas nessa pesquisa. Os dados dessas famílias beneficiárias do PBF mostram que a maioria tem como responsável uma pessoa do sexo feminino. Discutindo sobre as questões de gênero e o PBF Pires (2012) sugere que a titularidade das mulheres nesse programa seja marcada pela tensão entre as possibilidades de ganho proporcionadas pelo ingresso no programa e o reforço dos papéis tradicionais de gênero, os quais colocam como natural o exercício da maternidade.

Na descrição das 10 participantes dessa pesquisa observa-se que delas, 10 assumem o papel de maternagem sendo que trabalham, cuidam dos filhos e não tiveram oportunidade de estudar, estando na situação de pobreza ou de extrema pobreza, recebendo até R\$ 120, 00 reais. Em relação à escolarização constata-se que 80 % das pessoas entrevistadas (Tabela 1) frequentaram a escola, porém não conseguiram concluir o Ensino Fundamental.

Tabela 1: Perfil sócio-demográfico de famílias beneficiárias do PBF

Famílias	Relação de parentesco	Escolaridade	Nº. de residentes no domicílio	Nº. Familiar que já estudaram ou estudam	Tempo que recebe o benefício
Familiar 1	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto	04	02	Há mais 5 anos
Familiar 2	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto	Mais de 05	04	Há 5 anos
Familiar 3	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto	Mais de 05	05	Há 1 ano
Familiar 4	Mãe	Não alfabetizado	05	04	Há mais 5 anos
Familiar 5	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto	02	02	Há mais 5 anos
Familiar 6	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto	04	03	Há 2 anos
Familiar 7	Mãe	Não alfabetizado	05	04	Há 3 anos
Familiar 8	Mãe	Ensino Fundamental Incompleto	05	05	Há 1 ano
Familiar 9	Tia	Ensino Fundamental Incompleto	04	03	Há mais 5 anos
Familiar 10	Mãe	Ensino Médio Completo	04	03	Há 4 anos

Fonte: os autores (2016).

Quando abordadas sobre os motivos que a impediram de estudar as justificativas foram as seguintes:

Não estudei, porque tinha que trabalhar (Familiar 1).

Sai para ajudar a mãe, meu pai estava doente. Para trabalhar e ajudar em casa (Familiar 2).

Os filhos. Fique grávida com trezes anos, tinha que trabalhar (Familiar 3).

Não quis, preguiça. Eu não gostava de estudar (Familiar 4).

Parei porque era muito nervosa, eu não tinha paciência para estudar (Familiar 5).

Eu parei de estudar para trabalhar aos treze anos eu amiguei com um rapaz - juntar ou viver maritalmente (Familiar 6).

Não estudei porque a minha mãe me deu para outra família, então fui trabalhar desde cedo. Nessa família eu trabalhava ajudando nos deveres de casa e não tinha tempo para estudar (Familiar 7).

Preguiça. Minha mãe era brava, eu queria sair de casa (Familiar 8).

Parei de estudar para criar os filhos (Familiar 9).

Por causa dos filhos, para ajudar na renda e nas despesas (Familiar 10).

Os dados da pesquisa sobre a frequência escolar dos familiares e as causas do baixo nível de escolarização sugerem a falta de recursos como um entrave para ter acesso à educação formal. Nesse cenário, observa-se a importância das condicionalidades do PBF, pois têm por objetivo monitorar continuamente a população-alvo dos benefícios de modo a, caso seja necessário, levar a algum tipo de intervenção governamental. As condições para a suspensão ou cancelamento dos benefícios concedidos em função do não cumprimento das condicionalidades não foram definidas em legislação (LINHARES, 2005).

As condicionalidades são colocadas como objetivos de aliviar a pobreza em curto prazo e de contribuir para a construção de certos significados preferencial para o trabalho e para influenciar os padrões de investimento das novas gerações se opondo transmissão intergeracional passada de pais para filhos.

As condicionalidades, são também chamadas de contrapartidas ou corresponsabilidades das famílias, tem como objetivo incentivar a demanda por serviços sociais como saúde e educação e ampliar o acesso da população mais pobre a direitos sociais básicos, incentivando expansões e melhorias na oferta desses serviços. A mais conhecida condicionalidade do Bolsa Família é a de frequência escolar das crianças. O programa exige que as crianças estejam presentes em 85% das aulas e instituiu um sistema de acompanhamento que é alimentado pelos municípios e transmitido ao governo federal, a fim de que se apliquem advertências e sanções no caso de descumprimento. Trata-se de uma inovação, uma vez que a exigência de controle de frequência escolar, segundo a legislação, limitava-se a 75% das aulas e competência, apenas, aos estabelecimentos de ensino (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007, pp.12-13).

A análise das respostas das 10 famílias beneficiárias do PBF sugeriu que o principal motivo que as impediram de estudar foi à baixa renda familiar e observa-se que esse benefício auxilia no pagamento da despesa básica, a exemplo da alimentação. Assim, o acesso e frequência à escola por parte dos beneficiários desse programa demonstra a sua importância para melhoria das condições sociais.

O tempo que a família recebe o benefício PBF, a quantidade de pessoas que moravam no mesmo domicílio e que frequentavam a escola são elementos importantes para verificar a influência no acesso à escolarização dos membros. Os resultados obtidos de 10 famílias

entrevistadas apontam que, antes do benefício do PBF os pais já tinham preocupação e consideravam importante que seus familiares estudassem. Em relação ao número de matrículas Xavier et al. (2016, p. 127) pontua que;

[...] quando a principal condicionalidade para se receber o benefício era estar matriculado, o programa (BE) foi capaz de aumentar o número de matrículas no período de 2001 a 2003, porém devido o PBF alcançar outros tipos de famílias, devido à junção de outros programas para a sua criação, e não necessariamente atender somente as famílias que tenham filhos na escola, ao longo dos 10 anos de existência do programa foi possível observar que as matrículas foram caindo.

Na pesquisa, das 10 respondentes das famílias, 90% responderam que o benefício PBF contribuiu para que todos possam frequentar a escolas até mesmo os pais, pois apesar valor ser uma quantidade precária ajuda muito a família. Nessa pesquisa obteve o resultado de que 70% dos membros das famílias moravam na mesma residência, incluindo jovens e adultos e a maioria frequentava a escola. E em relação aos menores todos estudam, incluindo uma criança com necessidades especiais.

Nesse estudo com os familiares, foram apontados os obstáculos relacionados as condições em que viviam, assim quando não recebiam o PBF era difícil à inserção e manutenção dos membros na escola. Além disso, por ter uma família numerosa os filhos mais velhos cuidavam dos mais novos, esse fato pode também se relacionar com a dificuldade para os mais velhos frequentarem a escola. As mães apontaram como fator positivo o fato de que - após receber os benefícios - obrigatoriamente, os seus filhos passaram a estudar e deixaram de brincar nas ruas enquanto os pais e mães trabalhavam. O benefício é apontado como uma complementação da renda, sendo um recurso visto como feminino, tendo como marco simbólico do programa a ideia de “ajuda”, “muito embora seja utilizado para a aquisição de itens de consumo fundamentais para a sobrevivência e sociabilidade das pessoas que dele se beneficiam” (PIRES, 2012, p.133).

O estudo de Silva e Pires (2015) reitera essa percepção simbólica de usuários do PBF. Assim, esse programa é uma

“ajuda” financeira que auxilia na aquisição de alimento, material escolar, roupas, calçado etc. As falas das entrevistadas sugerem que o dinheiro do PBF é visto como complemento da renda, pois consideram que ele ajuda a comprar itens fundamentais para a sobrevivência (SILVA; PIRES, 2015, p.16).

A partir dessa pesquisa e dos estudos de Silva e Pires (2015) e de Xavier et al. (2016), observa-se que o PBF contribui para que as famílias saiam das condições de pobreza e de

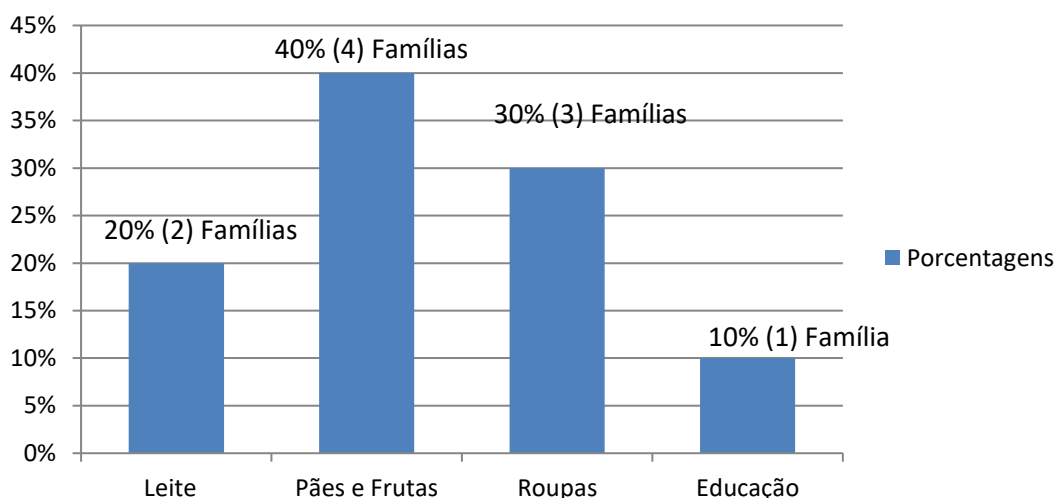
extrema pobreza, por possibilitar aos familiares o acesso e a manutenção à escola. Assim, pode ser uma das possibilidades - ou se não o único elemento - existente que favorecem as famílias com essas características ter acesso à educação, e conseqüentemente, ter expectativas de vida melhor.

De acordo com Lima e Pires (2015) as perspectivas que as entrevistadas possuem sobre a educação de seus filhos é de que eles devem frequentar a escola para “ser alguém na vida”, admitindo que estar na escola é um direito e que seus filhos devem valorizá-lo. Segundo os autores as mães têm opiniões mais céticas em relação ao processo de escolarização de seus filhos, pois entendem os limites estruturais da escola pública. Entretanto, estimam as oportunidades que elas não tiveram, inclusive, em relação ao ensino superior. Em relação às mudanças decorrentes desse programa, a seção seguinte amplia essa discussão.

Mudanças decorrentes do benefício PBF

O PBF busca diminuir a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, combater a pobreza e outras formas de privação das famílias, através da promoção do acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social. Quanto ao valor que as famílias entrevistadas gastam com educação e os demais produtos consumidos, 2 dessas famílias ou 20% delas gastam com leite por que os filhos têm intolerância à lactose (Gráfico 1). Já 4 dessas famílias ou 40% das famílias gastam com outros produtos alimentares, dentre eles pães e frutas. As mães relataram que a vida financeira está difícil e que o dinheiro do benefício ajuda para comprar alguns produtos necessários.

Gráfico 1: Produtos consumidos com a renda PBF



Fonte: os autores (2016).

As famílias mencionaram que, antes de receber o benefício do PBF, a situação econômica era mais difícil e com o programa houve melhorias. Com o dinheiro é possível comprar alimentos e até material de limpeza. Contudo, observa-se na análise dos produtos consumidos pelas famílias com a renda, que 3 famílias ou 30% delas gastam com roupas. A partir do relato de uma entrevistada com esse dinheiro, ela pode comprar roupas a prazo e fazer outras comprinhas.

Em relação à aprendizagem das famílias e a influência do PBF no processo de ensino-aprendizagem, apenas, 1 dessas famílias ou 10% dessa renda é aplicada na educação (Gráfico 1). Assim, é utilizada para completar os materiais que faltam no kit escolar doado pelo governador ou para adquirir os materiais que a criança perde na escola. O valor do benefício recebido pode ser classificado em diferentes categorias, conforme a descrição seguinte:

- 1) O benefício básico de R\$ 50, destinado a famílias que se encontrem em situação de extrema pobreza, isto é, com renda mensal de até R\$ 60 por pessoa, independentemente da composição familiar.
- 2) O benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição: gestantes, nutrízes, crianças entre zero e 12 anos ou adolescentes até 15 anos. O valor do benefício variável é de R\$ 15, para cada criança ou adolescente de até 15 anos, no limite financeiro de até R\$ 45, equivalente a três filhos por família.
- 3) Benefício Variável de Caráter Extraordinário, concedido às famílias dos programas remanescentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-gás), cuja migração para o PBF implique perdas financeiras à família. O valor concedido é calculado caso a caso e possui prazo de prescrição, além do qual deixa de ser pago (DINIZ, 2007, p. 111).

O valor recebido através do PBF pode ser considerado baixo, mas as 10 famílias entrevistadas apontaram mudanças decorrentes desse benefício. As principais mudanças que ocorreram depois do PBF têm relação com o atendimento das necessidades básicas. Com o benefício a família consegue até pagar contas de água e comprar gás para cozinhar.

Conforme aponta Pires (2012) o sentimento de compromisso, com a inserção das mulheres no PBF e, sobretudo, quando cumprem com as “obrigações” previstas nas condicionalidades é uma evidência sugestiva da relação com o mundo externo possibilitado pelo programa. Observa-se que

[...] notadamente com o Estado e, assim, de experimentar um tipo de pertencimento político até então pouco conhecido, um ganho que vai além daquele oferecido pelo consumo ou pela maior autonomia nas decisões da casa. Foi importante constatar que a tensão entre maior autonomia e conformismo a papéis de gênero, que parece caracterizar a participação das

mulheres nessa política pública, se evidenciou nas entrevistas, uma vez que esse pertencimento político só se torna possível na medida em que as mulheres desempenham o papel de mãe (PIRES, 2012, p.160).

Quanto as expectativas de mudanças relacionadas ao estudo dos familiares, as entrevistadas apontaram que houve mudanças e que o PBF contribuiu com o acesso à educação dos seus membros. As falas transcritas expressam essas ideias.

Eu acredito que sim, pois eu não tive essa oportunidade que eles têm (Familiar 1).

Sim. Hoje eles não estudam porque não quer, a minha parte estou fazendo obrigo eles irem para escola todos os dias e fazer as tarefas (Familiar 2).

Melhorou sim, os meus filhos conseguem ler, escrever, conversar e desenvolver leituras e escritas (Familiar 3).

Ocorreu porque as crianças ficavam tudo na rua fora da escola, depois do programa todos estão na escola (Familiar 4).

As minhas crianças têm bastantes dificuldades, mais melhoraram e estão melhorando. Eu sempre acompanho as reuniões na escola (Familiar 5).

Ocorreram mudanças porque hoje os pais incentivam as crianças a ir à escola e aprender. (Familiar 6).

Não sei. Eu acredito que sim, pois como não estudei quero que eles estudem. (Familiar 7).

Sim. Sempre frequentam e querem progredir na vida. (Familiar 8).

Sim eles estão estudando e até paga as continhas e as necessidades dele. Já consegui si virar. (Familiar 9).

Sim. As mudanças ocorreram porque eu também vim estudar depois que eles nasceram então eu sei da importância do estudo. (Familiar 10).

Silva e Lima (2015), discutindo sobre a importância de políticas públicas no combate à pobreza, consideram que a pobreza e desigualdades no Brasil vão além dos indicadores de escolaridade. Assim;

A forte correlação negativa entre os indicadores Percentual de indigentes e IDHM Renda, e Percentual de Pobres e IDHM Renda demonstra que a variável renda tem papel importante na determinação da indigência e pobreza do Semiárido no Brasil, embora sua influência não seja isolada, mas associados a diversos outros fatores (saúde, educação, condições de moradia, meio ambiente, trabalho, dentre outros) que combinados e afetados por essa variável, acabam somatizando seus efeitos e acarretando uma situação de vulnerabilidade, marcada pela limitação das capacidades das pessoas e restrição das oportunidades de escolha elas mais valorizam (SILVA; LIMA, 2015, p. 129).

Há muitos aspectos que dificultam o desenvolvimento da educação. Assim, mesmo com políticas assistencialista e programas beneficiários como Programa Bolsa Família há uma necessidade de mudanças políticas para diminuir a desigualdade social brasileira. Conforme Silva e Lima (2015) são importantes as políticas públicas de transferência de renda no Brasil,

mas é preciso associar a esses programas outras medidas para sanar a pobreza e a extrema pobreza. Nesse sentido;

Para avançar na trajetória de superação da indigência e pobreza é imprescindível que além de outras medidas relacionadas ao aumento da renda, como os programas de transferência de renda, democratização do acesso ao crédito e mercado de trabalho, se associem conjuntamente políticas de melhoria do sistema educacional no Brasil, principalmente a educação básica (SILVA; LIMA 2015, p. 129).

Mesmo sendo necessárias outras medidas para melhoria da qualidade de vida das famílias que estão em situação de desvantagem social e econômica, o PBF tem contribuído para amenizar a situação de pobreza e influenciado o acesso à escolarização. Na pesquisa com os 10 familiares, em relação às suas expectativas sobre os estudos dos seus filhos e os impactos que o PBF gerou na vida da família, as mães ressaltaram a importância desse programa para que seus filhos estudassem e para que eles continuem estudando. Inclusive, na atualidade, elas reconhecem a importância da escolarização. Na concepção delas, só mediante os estudos seus filhos chegarão numa universidade. Em uma das falas, a mãe diz que:

[...] as crianças estão mais espertas, elas conseguem conversar e se defender. Elas estão aprendendo. Eu quero que as minhas crianças futuramente seja alguém na vida, que elas tenham uma profissão. [...] Através do Programa Bolsa Família minhas filhas estão conseguindo ter acesso ao estudo, antes sem dinheiro não tinha como manter elas na escola (Familiar, 7).

Essa fala corrobora com os achados de Lima e Pires (2015) que na sua pesquisa, todas as entrevistadas mostraram-se favoráveis ao PBF e relataram que, se o programa oferece algo a seus filhos, no mínimo elas devem cumprir com alguma condição. A contrapartida para ter direito ao recebimento do benefício do PBF é o cumprimento de compromissos por parte das famílias beneficiárias nas áreas de saúde, alimentação e educação.

As crianças até 6 anos devem ser vacinadas, conforme o calendário do Ministério da Saúde e levadas, periodicamente, aos postos de saúde para verificação de seu desenvolvimento e nutrição. As crianças e adolescentes até 16 anos completos devem frequentar a escola e apresentar pelo menos 85% de frequência nas aulas. A família é um importante contexto de desenvolvimento da pessoa.

Família é tida como contexto de desenvolvimento humano, sendo como a primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. A

importância dos ambientes familiar e escolar descritos como contextos de desenvolvimento humano, [...] (DESSEN, POLÔNIA, 2007, p. 22).

O PBF que tem o objetivo de beneficiar famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país, busca-se superar a situação de vulnerabilidade. A partir das entrevistas com as famílias observou-se a importância desse programa para superação das situações desfavoráveis e para manutenção dos filhos na escola. As famílias enxergam a educação como um meio para melhoria das condições de vida. O acesso às escolas é um dos meios que contribuem para superar a situação de desigualdade social. É através da educação que todos podem se tornar pessoas preparados para atuar de maneira ativa e crítica na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho amplia os estudos sobre educação e PBF por descrever o perfil educacional de famílias beneficiárias. O PBF foi elaborado com finalidades de sanar as desigualdades e as condições de vidas precárias no Brasil, conforme apontam alguns autores. “A importância de políticas no combate à pobreza vem sendo objeto de interesse de uma série de estudos, em diferentes partes do mundo” (SILVA; LIMA 2015, p.118).

É importante essas políticas públicas devido as suas influências no processo de escolarização, pois “promovem melhorias nas condições de saúde e educação, auxiliam na redução da pobreza, percebendo-se, assim, uma relação de causalidade” (SILVA; LIMA 2015, p.118). A escolarização poderá possibilitar mudanças nas situações de desigualdades sociais e econômicas existentes no Brasil.

Na análise das falas das famílias entrevistadas que relataram sobre suas condições de sobrevivência, a escolarização e expectativas em relação ao futuro dos filhos, verificou-se que a maioria delas não teve a oportunidade e possibilidade para estudar por causa das condições precárias que vivia. Há famílias que ainda vivem em condições precárias, mas elas visualizam a educação como uma oportunidade para seus filhos “ser alguém na vida”, ou seja, melhorar a condição, quebrar o ciclo da pobreza e da exclusão existente.

Além disso, a maioria das famílias considera o PBF como um dos mecanismos que contribui para custear as necessidades básicas. Na aceção das entrevistadas o PBF tem como fator positivo a condicionalidade da frequência à escola e contribui com o sucesso no estudo. O PBF oportunizou os filhos a frequentar escolas e ter chance de adquirir conhecimentos.

Quanto ao perfil das participantes, a maioria é mães que além de trabalhar para aumentar a renda, ainda acumula a função de mãe e dona do lar. Essas dificuldades econômicas, talvez funciona como um elemento motivador e de valorização da escolarização de seus filhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Programa Bolsa Família**. Lei nº 10.836, em janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, Conversão da MPv nº 132, de 2003.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, abril. 2007. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003&lng=en&nrm=iso)

863X2007000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de agosto 2016.

DINIZ, Simone. Critérios de justiça e programas de renda mínima. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 105-114 jan./jun. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a12> Acesso em: 10 de agosto 2016.

KREPPNER, Kurt. The child and the family: Interdependence in developmental pathways.

Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 16, n. 1, p. 11-22, abril. 2000. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722000000100003&lng=en&nrm=iso)

37722000000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 nov. 2016.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722000000100003>.

LINHARES, Fernando. **Bolsa Família: um novo arranjo para os Programas de Transferência de Renda no Brasil**. 2005 110f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estud. psicol.** (Campinas), Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, mar. 2010. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2010000100012&lng=en&nrm=iso)

166X2010000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 agosto 2016.

PAROLIN, Isabel. **Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem**. Curitiba: Ed. Positivo, 2007.

PIRES, André. Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 130-161, Apr. 2012. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 nov. 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742012000100009>.

REGO, Teresa Cristina. **Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SILVA, Anderson Paulino; BRANDÃO, André; DA DALT, Salete. Educação e pobreza: o impacto das Condicionais do programa bolsa família. **Revista contemporânea de educação**, FE-UFRJ, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, ago./dez. 2009. Disponível em: [http://www.fe.ufrj.br/artigos/n8/numero8-](http://www.fe.ufrj.br/artigos/n8/numero8-05_educacao_e_pobreza_o_impacto_das_condicionalidades_do_programa_bolsa_familia.pdf)

[05_educacao_e_pobreza_o_impacto_das_condicionalidades_do_programa_bolsa_familia.pdf](http://www.fe.ufrj.br/artigos/n8/numero8-05_educacao_e_pobreza_o_impacto_das_condicionalidades_do_programa_bolsa_familia.pdf)
Acesso em: 26 mar. 2016.

SILVA, Angélica Lima; PIRES, André. O programa bolsa família: percepções de mães beneficiárias sobre educação e a possível construção de uma vida nova para seus filhos. **Comunicações**, Piracicaba, ano 22, n. 1, p. 7-25, jan.-jun., 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/.../1488> Acesso em: 17 nov. 2016.

SILVA, Marta Maria Aguiar Sisnando; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Indicadores educacionais e de renda e sua relação com pobreza e indigência no semiárido brasileiro. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 46, n. 2, p. 117-132, abr. - jun., 2015. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/viewFile/54/35> Acesso em: 26 mar. 2016.

XAVIER et al. . Programa bolsa família: avaliação da matrícula escolar. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 17, n. 1, 2016. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2931> Acesso em: 17 nov. 2016.
<http://dx.doi.org/10.18391/req.v17i1.2931>

Recebido em 04 de outubro de 2017.
Aprovado em 19 de outubro de 2017.